

A presença da mulher no contexto da história da educação (1960-1980)

Resumo

Este artigo analisa a presença da mulher no contexto da História da Educação. Discute a relação entre a expansão da escola pública no Brasil entre os anos 1960 e 1980 e o processo de modernização tendo como base a industrialização e o direcionamento da mulher na sociedade por meio de dois aspectos fundamentais: educação e trabalho. A partir da revisão bibliográfica apoiada em Del Priore (1997), Louro (1995), Scott (1992), Engels (2009), nos propomos a refletir sobre a presença da mulher na História da Educação no Brasil acerca das categorias escola pública, educação, mulher, trabalho e feminização do magistério e as abordagens utilizadas pela historiografia para a investigação desses fatos históricos.

Palavras-chave: História da Educação, história das mulheres, feminização do magistério.

Antonia Marlene Vilaca Telles

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
antoniavilaca@gmail.com

Introdução

Por que escrever a história das mulheres na educação? Considerando que são as inquietações do presente acerca das contradições e questionamentos da realidade em que se vive, é que, instigam o pesquisador a voltar ao passado, mediante a problematização, análise e interpretação dos fatos históricos que deram origem ao

processo do movimento da história resultando na realidade concreta em que vivemos no presente.

O resgate da história da presença da mulher, na História da Educação contribui para compreender a história da mulher no processo de expansão da escola pública no Brasil e do próprio movimento de feminização que ocorreu no magistério.

O referencial teórico-metodológico que norteia este trabalho é a partir da análise concreta da realidade, compreendendo que a produção e a reprodução da vida estão relacionadas ao movimento da sociedade, o econômico, o político e o cultural em que os indivíduos produzem a sociedade e a produção dos indivíduos, é socialmente determinada. Esse é o ponto de partida do método de análise da perspectiva do materialista histórico dialético.

Essa interpretação da realidade a partir da compreensão do movimento revelando-o em sua totalidade possibilita, explicar a sociedade entendendo que o caráter social e histórico do homem, é resultado da atividade concreta da maneira de viver do homem. Apropriando-se desse conhecimento é possível realizar a crítica radical à realidade, revelando-a e demonstrando a necessidade de superação. (MARX, 1986).

Para Netto (2006), a leitura de Marx, é uma leitura da realidade social e a categoria de práxis ocupa um lugar fundamental em sua obra. É precisamente sobre a concepção do homem como ser prático e social que repousa na idéia capital do trabalho como forma modelar de práxis, vale dizer, o único modo de criação, é precisamente a partir dessa concepção que Marx elabora a sua teoria da história. (NETTO, 2006, p. 54).

Para os estudos sobre a História da educação no Brasil, analisaremos os elementos históricos acerca da constituição da escola pública, a partir de fontes do pensamento educacional, das políticas e ações do Estado e da sociedade civil no conjunto das suas multideterminações, desdobramentos, contradições e conflitos no interior da sociedade de classes nos dão subsídios para o entendimento do contexto em que está inserida a Escola Pública.

Em última instância buscamos no materialismo histórico dialético instrumento de leitura e compreensão da realidade, a partir do nosso objeto de pesquisa, compreendendo o processo de feminização do magistério.

Este trabalho tem como referencial bibliográfico priorizando alguns autores como: Louro (2012), Cardoso (2011), Engels (2009), Del Priore (1997), Almeida (2006), Netto (2006), Alves (2004), Matos (2000), Soihet (2011), Reis (1993), Scott (1989) e Mendes (1931).

Escola Pública e feminização do magistério - faces do mesmo projeto

Como afirmam Alves (2006) e Louro (2012) a instituição escola, teve ao longo dos séculos transformações sociais, de acordo com o contexto histórico e sob as inclinações políticas e econômicas da sociedade.

No Brasil, a escola teve relevante função social: formação do cidadão. Esse aspecto era decisivo para a consolidação e a preservação da República, tendo ainda a função econômica, que é a reprodução do parasitismo que é muito importante para o atual estágio da sociedade capitalista. Está em jogo um precário equilíbrio social e conseqüentemente reprodutor da riqueza social. A expansão escolar produz necessidades que determinam a expansão da indústria. Enfim, o ESTADO é o mantenedor básico de uma atividade improdutiva, a educação escolar.

Para Alves a Escola exerceu um mecanismo fundamental para difundir a ideologia burguesa, contribuindo para a reprodução das relações de produção vigentes na sociedade capitalista. Impulsionando a expansão escolar, contudo, ao longo do tempo, o capital agregou à escola outras funções sociais.

A escola com tempo de permanência para completar os estudos prolonga a permanência do jovem na escola, impedindo que o mesmo pressione imediatamente o mercado já saturado. A escola também contribuiu ainda para que a mulher adentrasse no mercado de trabalho, ou seja, a creche e a escola são liberadoras de força produtiva.

A presença da mulher no contexto da História da Educação assim como sua função no processo de desenvolvimento e expansão da Escola Pública no Brasil constitui-se como importante categoria de análise, possibilitando compreendermos como as mudanças e arranjos que os sujeitos sociais têm sido expostos ao longo da história.

Analisando o processo contraditório que ocorreu ao longo dos séculos XIX a XX, em que a mulher passa de excluída do processo educativo para então protagonizar o papel fundamental para a expansão da educação enquanto organismo capaz de formar cidadãos aptos a integrar a sociedade almejada.

Apresentar a mulher como sujeito histórico, é algo recente no campo da História, a qual vem desde os anos 1970, passando por uma expansão nos estudos históricos, atribuiu novas perspectivas para se estudar, escrever e interpretar a História. Desde o alargamento do conceito de documento, ao propor novos objetos de estudo, alguns historiadores vêm, ao longo dos anos, propondo novos enfoques para se compreender e escrever a História: “a grande reviravolta da história nas últimas décadas, debruçando-se sobre temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse, contribui para o desenvolvimento de estudos sobre as mulheres” (SOIHET, 2011, p. 263).

Compreender a presença da mulher no contexto da História da Educação, situando a mulher como sujeito histórico atuante nesse conjunto, a partir da análise da evolução do acesso da mulher ao ensino escolar, ao papel de educadora, traz subsídios para entendermos como esses dois movimentos ocorrem na sociedade, à expansão da Escola Pública e o processo de feminização do magistério, constitui-se como faces do mesmo projeto.

A luta pela escrita da história das mulheres, não corresponde simplesmente em requerer à mulher, papel na história e sim demonstra a renovação de uma historiografia que seja capaz de apresentar os sujeitos da história, independente de sexo, classe ou raça. Apresentando-os da maneira como de fato eles se relacionam ao processo e aos fatos históricos da humanidade.

Os debates sobre a educação e a socialização da mulher mantêm-se presente até hoje na sociedade, denunciando formas específicas de exploração, discriminação e

violências. Entendemos que a opressão e a dominação sobre a mulher constituem-se em costumes, valores e normas historicamente produzidas socialmente, tal qual a exploração do homem pelo homem não é algo inocente e natural, ao contrário, é resultado do processo histórico, e historicamente, a representação da mulher foi dada como natural ao espaço doméstico:

As oscilações que historicamente têm marcado a trajetória das mulheres no espaço público revelam que as construções culturais apoiadas, ainda hoje, na essência e natureza femininas tem sido determinantes para estabelecer e sustentar as diferenças nas posições ocupadas por homens e mulheres na família, educação, trabalho e outros espaços da vida social (REIS, 1993. p. 17).

A mulher no contexto da História da Educação é vista com certa contradição, pelo fato de ter sido marginalizada ao mesmo tempo em que foi integrada como educanda e mestre. Inicialmente tratada intelectualmente como inferior, mas ao mesmo tempo, foi considerada portadora de características essenciais para desempenhar a função de mãe e primeira educadora de acordo com o discurso positivista, no final do século XIX.

Vemos esse paradoxo, no início da formação educacional brasileira em que havia grande distinção em relação ao tipo de educação ensinada aos meninos e meninas. As escolas eram diferenciadas, ensinando modelos específicos de ser homem e de ser mulher, “Ao associar a educação dos gêneros às práticas cotidianas, acabava-se por gerar uma diferença brutal entre os dois sexos, uma vez que esses eram tratados como fundamentalmente desiguais” (LOURO, 1995, p. 175).

A educação dispensada às mulheres inicialmente era específica às funções domésticas. Após a independência do Brasil, com o projeto nacional de formar o novo cidadão, a educação tornou-se fundamental para a construção do cidadão brasileiro. Mediante este projeto de formação do novo cidadão, a mulher tem ocupado o espaço escolar e sua presença revela que o processo de emancipação da escola se mescla aos anseios de emancipação individual, reivindicações de igualdade e oportunidade profissional embora demonstre na realidade que essa adequação de mão-de-obra, serviu para atender ao projeto republicano brasileiro diante das necessidades do sistema social e econômico vigente.

As abordagens historiográficas nos estudos sobre as mulheres

Mediante as críticas às correntes historiográficas tradicionais, deu-se início as mudanças e as novas abordagens no campo da história. Inaugurando assim a possibilidade à diversidade de documentos que poderiam e deveriam ser utilizados pelo historiador, e que, portanto, é “seu material arqueológico”. Entre essas novas tendências historiográficas, os Annales rompem com a escola metódica, superando os limites da história nacional e abrindo horizontes mais amplos, renovando também, quando apresentam em primeiro lugar, o interesse pela atualidade e o presente.

Nos anos 1950, a história econômica experimenta importante renovação, essas mudanças econômicas, apoiadas na revolução tecnológica dos anos 1950-1960, chamam a atenção dos historiadores. Graças a informática, foi possível aos pesquisadores compilarem grande quantidade de dados estatísticos, inaugurando assim o tempo da história em série.

A “nova história”, consiste em: 1) novos problemas trazem à discussão a própria história; 2) novas abordagens modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; 3) novos objetos, enfim surgem no campo epistemológico da história.

A nova história, que rejeita mais firmemente do que nunca a filosofia da história e que não se reconhecem nem em Vico nem em Hegel, nem em Croce, nem muito menos em Toynbee, não se contenta com as ilusões da história positivista e, além da crítica decisiva do fato ou acontecimento históricos, volta-se para uma tendência conceitualizante que se arrisca a levá-la em outra direção que não ela mesma, quer se trate das finalidades marxista, das abstrações weberianas ou das intemporalidades estruturalistas (CAIRE-JABINET, 2003, p. 134)

Os temas são abordados dentro de uma perspectiva globalizante, com a preocupação de voltar-se para os grupos sociais e suas motivações no quadro de uma história apresentada como imóvel. Nesse campo se encontram os chamados excluídos da história, oportunizando a abertura de pesquisas que tenham como temática a presença da mulher e suas relações e interações nos fatos históricos da humanidade.

As novas abordagens inauguradas a partir da escola dos Annales permitiram que o historiador não ficasse engessado aos documentos e relatos escritos e sim utilizasse de

outros vestígios para a análise e compreensão do passado, de fato, “[...] a Nova História, contribuiu para que a ampliação considerável dos objetos e estratégias de pesquisa e a reivindicação do individual, do subjetivo, do simbólico como dimensões necessárias e legítimas da análise histórica” (CARDOSO, 2011, p. 22).

O estudo de gênero apresenta o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, não há como estudar em separado, ambos coexistem, sendo imprescindíveis para o estudo.

O termo gênero foi proposto na expectativa que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas da disciplina, acrescentando novos temas, impondo uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente, tal metodologia implicaria não apenas ‘uma nova história das mulheres’, mas uma ‘nova história’ (SOIHET, 2011, p. 266).

Diante dessa abordagem, articulou-se o gênero com a classe e a raça, trazendo à cena os excluídos da história, tendo o entendimento, que as desigualdades de poder se organizam, em torno desses três eixos: gênero, classe e raça.

Joan Scott (1995) afirma que o gênero não pode ser usado apenas como um conceito associado ao estudo relativo às mulheres, contudo, ele não tem a força de análise suficiente para interrogar e mudar os paradigmas históricos existentes. Scott afirma que, já em 1975, Natalie Davis propunha a necessidade de rever a história humana, trazendo agora a história das mulheres.

Penso que nós devíamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos trabalhar somente sobre o sexo oprimido, assim como um historiador das classes não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses. Nosso objetivo é descobrir o alcance dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la (DAVIS apud SCOTT, 1989, p. 3).

Scott ressalta que o êxito dessa nova abordagem pela nova história, ao incluir e apresentar a experiência das mulheres dependeria de como o gênero iria desenvolver-se como categoria de análise. O desafio teórico dessa categoria consiste, na análise da

relação entre experiências masculinas e femininas no passado e também sua ligação entre a história do passado e a as práticas históricas atuais. O desafio do “gênero” como categoria de análise é assim descrito por Scott:

As abordagens utilizadas pela maioria dos(as) historiadores(as) se dividem em duas categorias distintas. A primeira é essencialmente descritiva, isto é, ela se refere à existência de fenômenos ou realidades sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade. O segundo uso é de ordem causa, ele elabora teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando entender como e porque aqueles tomam a forma que eles têm (SCOTT, 1995, p.6).

O uso do termo “gênero” como sinônimo de “mulheres” tem substituído ao longo dos anos, os trabalhos que tinham como tema a “história das mulheres”, sob a alegação de que o uso do termo “gênero” atribui seriedade e erudição ao trabalho, assim como tem uma conotação objetiva neutra, amenizando a nomenclatura instigante de “mulheres”.

Entendemos que aí está a grande armadilha que acabou por esvaziar o debate, colocando em dúvida a seriedade de uma história das mulheres. Compartilhando da posição de Scott (1995) o resgate histórico da presença, atuação, passividade, assim como a inclusão da mulher na história, somente irá se concretizar a partir do momento em que a própria mulher tome consciência plena de quem o é, e qual função e atuação na sociedade, em que ela está inserida, sob a desigualdade e opressão a que está sujeita.

Ao lançar fora a nomenclatura “história das mulheres” pelo uso do termo “gênero”, com a finalidade de desassociar-se da posição política do feminismo, o uso do termo “gênero” teria a intenção de não atribuir na tomada de posição sobre a desigualdade e poder. Não demonstrando assim a parte prejudicada, e como já levantada por alguns historiadores “excluída da história”.

Apesar da relevância desse debate, esclarecemos que não se constitui de objeto de análise neste texto. Embora, alertamos apenas para o fato, de que o termo “história das mulheres”, revela de forma explícita sua posição política ao afirmar que as mulheres são sujeitos históricos, provocativo pela própria nomenclatura que denuncia a inexistência do registro da mulher na história tradicional.

O movimento feminista contribuiu para o surgimento do campo de estudos para a história das mulheres. Predominantemente, nos Estados Unidos, assim como em outras partes do mundo, o movimento feminista é marcado pelas reivindicações em favor das mulheres. Este movimento provocou debates e discussões no meio acadêmico surgindo grupos de estudos, cursos, revistas, boletins específicos sobre a temática, institucionalizando em campo de estudo em diversos países do mundo, como Europa e Brasil. Num primeiro momento apresentaram a história das mulheres notáveis, e posteriormente uma história das contribuições feitas por mulheres em movimentos e eventos considerados importantes, seguido pela história ginecêntrica no fim dos anos 1970 e pela história do gênero nos anos 1980 (BONNICI, 2007, p. 140).

A crítica aos historiadores marxistas em relação à história das mulheres consiste em que nessa abordagem não era observada considerando que, para o materialismo histórico dialético existem sujeitos assexuados pertencentes a uma só classe, a trabalhadora, inseridos na engrenagem exploratória do trabalho sob a égide do capitalismo, incapaz de explicar os conflitos entre os sexos.

Embora as conquistas do movimento feminista sejam relevantes, as vitórias feministas não levaram em conta os contornos políticos, econômicos e ideológicos do modo de produção capitalista. Concordamos que a produção historiográfica sobre o gênero instaurou um debate fértil no meio acadêmico. Entretanto, alguns problemas de definição, fontes, método e explicação persistem, e entre eles a diversidade que envolve a própria categoria de gênero.

O surgimento do campo da história das mulheres contribuiu para desvelar o potencial das fontes documentais oficiais para o estudo do feminino das relações de gênero na História dando novo valor. Neste sentido, demonstra a relativa importância a uma série de registros documentais não formais cooperando assim, para reconstituição dos processos em que as mulheres aparecem como agentes, com maior ou menor ênfase no caráter relacional entre os sexos.

Potencializadas pela crescente aceitação de que o exercício do poder político não se limitava apenas ao espaço público, ao âmbito do Estado, tais fontes foram essências para evidenciar os contrapoderes exercidos

pelas mulheres nos ‘recônditos do lar’, junto à família, no exercício de atividades e ocupações que grosso modo, surgiam como extensão daquelas realizadas no espaço doméstico, no interior das comunidades onde atuaram, com diferentes características, em se tratando, de áreas urbanas ou rurais (GONÇAVES, 2006, p. 87).

De acordo com Gonçalves (2006) um bom exemplo ressaltado pela historiografia é o da história da educação. O reconhecimento de que o professorado era composto, em sua maioria, por mulheres, que tendo sido facultado o acesso à educação formal “exerciam um tipo de escrita típicas do espaço privado, como diários, cartas, memórias, biografias [...]”. Essas fontes documentais contribuíram para o desenvolvimento das pesquisas nos estudos das mulheres. A autora ressalta ainda que não se trata apenas da reconstituição da história do ensino, trata-se da reconstituição da história da escrita, e da leitura (GONÇALVES, 2006, p. 88).

Mary Del Priore (1997) apresenta resultado de estudos a partir dessas novas abordagens, em “A História das Mulheres no Brasil”, que tem como proposta desvelar a história não somente das mulheres, mas, de sua família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura, a história de seu corpo, sua sexualidade, da violência que sofreu seus amores e sentimentos. Os estudos recorrem às fontes documentais como diários, fotografias, correspondências, testamentos, relatórios médicos e policiais, jornais e pintura, revelando as transformações ocorridas em meio à consolidação do capitalismo, o qual incrementou as mudanças da convivência social, em meio à ascensão da burguesia e o surgimento de uma nova mentalidade que reorganizou os espaços familiares. O nascimento de uma nova mulher, agora como parte essencial para “[...] um sólido ambiente familiar, lar acolhedor, filhos educados e a esposa dedicada ao marido e sua companheira na vida social são considerados um verdadeiro tesouro” (DEL PRIORE, 1997, p. 223).

Conforme Scott (1995), a emergência da história das mulheres como um campo de estudo acompanhou o movimento feminista na luta pelas melhorias das condições profissionais assim como ampliou seus limites na história, ou seja, houve reciprocidade de ambos os movimentos.

A mulher e a história da educação

Jane Soares de Almeida (2004) apresenta o resultado de seus estudos, em que discute a presença da mulher no processo educacional no Brasil em “Mulheres na educação: missão, vocação e destino: a feminização do magistério ao longo do século XX”. A autora estabelece relações com os elementos sociais, políticos e educacionais, tendo ainda como diretriz a educação feminina e a influência católica, os cursos de formação de professores e a feminização do magistério como decorrência dessa totalidade.

A fé do liberalismo no poder da escola, tecido no imaginário republicano brasileiro desenvolvido até o século XX, foi a concretização dessa crença, alicerçada no atributo feminino como inclinação ideal para educar a infância. Enquanto o exercício de professorado, aos poucos, tornava-se um espaço feminino, os homens afastaram-se da sala de aula, ocupando outros cargos na estrutura hierárquica da escola, como os cargos administrativos.

Desde os finais dos oitocentos, propagou-se a presença feminina na educação da criança, no papel de guia da infância, mãe-professora, como atribuição “natural” da mulher, cooperando com a escola no papel de formadora de consciências. Essa crença idealista do liberalismo republicano mostrou-se frágil perante a realidade do panorama social em que professores homens e mulheres, não possuíam o poder inerente de atuar decisiva e objetivamente nas armadilhas do sistema capitalista.

A inserção feminina num espaço profissional representado pela educação coincide com o período em que se iniciaram os primeiros movimentos pela liberação feminina. No bojo das reivindicações e conquistas femininas, a superação das desigualdades e injustiças sociais, assim como a luta para retirar da invisibilidade segmentos sociais que até então estiveram sob o manto da ignorância e do preconceito.

Considerando as conquistas efetivadas ao longo das primeiras décadas do século XX, como o acesso das mulheres ao ensino superior e a algumas profissões, sob a mentalidade de mulher-mãe que deveria ser pura e assexuada, ainda estava presente. A mulher não deveria sair do lar, e caso assumisse algum trabalho deveria ser legítimo,

como profissões ligadas a saúde e educação, tendo ainda que conciliar as atividades domésticas com as atividades fora do lar. “Paulatinamente, o trabalho feminino deixou de ser ditado apenas pelos atributos de vocação e missão, tornando-se, no cenário econômico do século XX, uma exigência ante os tempos que corriam, não somente pela profissão em si, como em relação ao ingresso financeiro” (ALMEIDA, 2004, p. 83).

As mulheres não somente reivindicaram como também forçaram sua inserção nesse campo profissional e conseguiram ocupá-lo em poucas décadas. Contudo, essa ocupação é resultado de uma série de fatores externos, como a necessidade de mão-de-obra, a queda do poder aquisitivo da classe média e a expansão do número de escolas dentre outras questões.

O papel educador da mulher segundo os positivistas e a feminização do magistério

O novo discurso com as qualidades morais femininas era ambíguo, pois apesar de exaltar as aptidões valorosas da mulher, referendava o mito da inferioridade biológica e intelectual presentes no discurso evolucionista. Ou seja, naturalmente a mulher deveria ser subordinada ao poder do homem, seja o pai, irmão ou marido, apesar de suas valorosas aptidões.

Segundo o Catecismo positivista, “a mulher é o ente em que o altruísmo é mais desenvolvido, e esse sentimento é o laço que liga as gerações sucessivas, formando esse ser coletivo, - a Humanidade, é ele representado pela figura de uma Mulher, tendo seu filho nos braços” (MENDES, 1931, p.21).

O discurso positivista exaltava as qualidades inatas da mulher enquanto sexo apropriado às funções destinadas a formação da humanidade. A mulher é para o homem desde o ventre, aquela que o carrega, alimenta, protege e ensinará o caminho a ser seguido. No casamento a mulher exerce sua função de forma completa, pois irá dedicar-se integralmente à família que está sendo iniciada, de forma altruísta de acordo com a máxima da religião da humanidade:

A mulher atravessa uma situação em que a pintam como inferior ao homem. Sua vida é para a Família. Pois bem, o sacerdócio católico – esse nossos dias não tem mais vida senão a que lhe empresta a Mulher -, no momento em que vai sagrar cada Família que se funda, lembra à Mulher que ela desse da sua dignidade, tornando-se esposa, deixando de ser virgem (MENDES, 1931, p. 48).

Na família, cabia a mulher, a função de primeira educadora, ou seja, de seus filhos. Mas, para que a mulher pudesse exercer tal tarefa, ela deveria ter acesso ao conhecimento, instrução assim como os homens, embora essa educação tivesse como objetivo exclusivo o cuidado à família e não a formação de uma profissional.

Ao atribuir as qualidades inatas como mãe e esposa como sustentáculo da família e conseqüentemente, à pátria, não deixam de ser realmente um bom alicerce para a constituição de sujeitos sociais ajustados para viverem em harmonia na sociedade, como se esperava nesse momento. O crescimento da escolaridade obrigatória e a demanda pelo ensino básico, na passagem do século XIX para o XX, foram coadjuvantes para que o poder público considerasse a mulher mais adequada ao ensino da infância, tem sido esse o ponto de vista aceito quando se estuda a feminização do magistério.

Na passagem do século XIX para o século XX, face ao processo de industrialização, produziu a necessidade de universalização do ensino através da democratização da escola primária, a idéia de profissionalização às jovens de poucos recursos, criando-se assim os cursos preparatórios de formação representados pelas escolas normais. As educandas recebiam ensino gratuitamente que, em contrapartida, deveriam servir no magistério depois de formadas.

Nos anos que se seguiram a Proclamação da República, a democratização da escola primária se conjugou com a idéia de dar uma destinação profissional às jovens de poucos recursos. Esse procedimento fez com que se investisse na criação de cursos preparatórios de formação representados pelas escolas normais, em seguimento a uma tendência que já se havia manifestado nos finais dos oitocentos (1876), quando se criou em São Paulo, no Seminário de Educandas, uma escola normal destinada a dar instrução e habilitar órfãs e outras jovens que demonstrassem interesse em se tornarem professoras (ALMEIDA, 1998, p. 72).

A escola normal era uma das únicas vias de acesso da parcela feminina a uma educação escolarizada objetivando também a profissionalização dessas mulheres, alternativa para a instrução feminina assim também como, formar mão-de-obra qualificada para um ensino que tinha como objetivo a expansão da instrução escolar, à população, de acordo com os ideais liberais e democráticos do país.

A educação feminina tornou-se importante, a partir do ideário positivista em que a vocação natural da mulher para lecionar era sua aptidão, retirando-a assim do espaço privado para o público, ligando sempre a sua relação essencial ao universo doméstico, que era sua função primeira. As mulheres continuavam ainda submetidas ao poder patronal que lhe dirigia o destino, ditava regras de conduta de acordo com a sociedade. As promessas de ordem e progresso do século XX, a higiene, a moralidade e religiosidade, a pureza, ideais de raça e da sobrevivência social reproduzia no sexo feminino o seu emblema para a manutenção da sociedade tradicional, emergindo a necessidade de educar a mulher para que ela estivesse instruída o bastante para desempenhar a função de educar e instruir os homens.

Historicamente, a mulher obteve no magistério, de certa forma, a maneira de ter independência financeira e social, como movimento de libertação de uma trajetória marcada pela vivência no ambiente privado, com vocação reprodutora e mantenedora da família. No momento histórico da formação de identidade do sujeito social, a presença da mulher na escola, seja como estudante, seja como profissional, é resultado da necessidade preeminente na reestruturação do capital.

Guacira Lopes Louro (2012) afirma que a escola tem recebido maior alvo de olhares nos últimos tempos em estudos e pesquisas, justamente porque, como instituição escola, ela vem desempenhando importante papel na sociedade urbanizada:

Alvo de atenção dos religiosos, dos estados e das famílias, ela foi se constituindo como necessária para formação de meninos e meninas, ao mesmo tempo em que deslocava a importância de outros espaços formadores. À escola foi atribuída, em diferentes momentos, a produção do cristão; do cidadão responsável; dos homens e das mulheres virtuosos/as; das elites condutoras, do povo sadio e operoso, etc (LOURO, 2012, p. 94).

Assim, o magistério e a escola se apresentam como atividades ou instituições sociais, que vão se transformando historicamente. Os sujeitos que transitam nesse ambiente alteram-se de forma que a própria instituição torna-se outra, o resultado dessas transformações está manifesto na feminização do magistério.

Considerações finais

A pesquisa em História da Educação Brasileira é recente e tem contribuído para o desenvolvimento de pesquisas no sentido de sua reconstrução histórica. Há muitas fontes documentais que precisam ser localizadas, organizadas, catalogadas, proporcionando suporte para pesquisas que analisem esse movimento histórico.

Ao propiciar as condições objetivas para a organização, conservação e preservação das fontes documentais, o pesquisador tenderá explicitar a singularidade na relação Estado e Sociedade. Sobre isso recorreremos ao historiador Hobsbawm, ao afirmar que: “O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana”. Ou: “[...] o passado continua a ser a ferramenta analítica mais útil para lidar com a mudança constante, mas em uma nova forma” (HOBSEBWM, 1998, pp. 23 e 30).

Nesse sentido as novas abordagens para os estudos sobre a presença da mulher na História da Educação, demonstram o quanto ainda é necessário estudarmos e avançarmos em análise e reflexões além da superação de paradigmas existentes.

O processo de feminização do magistério consolidou-se plenamente somente no século XX, ela faz parte de um processo que tem início no final do século XIX, simultaneamente à criação da escola primária de ensino laico e obrigatório, sob o discurso da vocação natural da mulher para o magistério.

O magistério tornou-se então a oportunidade de trabalho para as mulheres, aliás, a profissão permitida, desde que as mulheres adentraram nessa profissão realizaram-se transformações “[...] o magistério será representado de um modo novo na medida em que se feminiza e para que possa de fato, se feminizar” (LOURO, 2012, p.99).

Compreendemos que as construções dos papéis sociais constituem-se como objeto de análise a partir das construções de discursos ideológicos assumindo o caráter natural do sujeito. Esse movimento de criação, adaptação, mudanças e rupturas, demonstram as contradições e o movimento que as transformações do capital têm realizado, sempre na expectativa de sua manutenção.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. 1ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ALMEIDA, Jane Soares de Almeida. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004, p.59-94.

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. 4ª edição. Campinas: Autores Associados, 2006.

BONNICI, Thomas. **Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências**. Maringá: Eduem, 2007, p. 140.

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução à historiografia**. Bauru: EDUSC, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Paradigmas Rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 5. Edição. Rio de Janeiro: Campus, 2011, p. 1-24.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 217-235.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Editora Escala, 2009.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, educação e história: construção e desconstrução. In: **Educação e realidade**. Porto Alegre, v. 20, n.2, p.101-132, jul./dez. 1995.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. 14. Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma história da mulher**. São Paulo: EDUSC, 2000.

MENDES, Teixeira. R. **A preeminência social e moral da Mulher**: segundo os ensinamentos da verdadeira ciência positiva. Rio de Janeiro: Igreja do Apostolado Positivista do Brasil, 1931.

NETTO, José Paulo. P. Relendo a Teoria Marxista da História. In: SAVIANI; Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. **História e História da Educação: O Debate Teórico-Methodológico Atual**. (Orgs.). Campinas: Autores Associados, 2006, p. 50-64.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres – século XXI. (Artigo) **Anais: Fazendo Gênero**. Seminário de Estudos sobre a mulher. UFSC, 1996.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

REIS, Maria Cândida Delgada. **Tessitura de Destinos: mulher e educação**. São Paulo: EDUC, 1993.

SCOTT, Joan Wallach. **Uma categoria útil para análise histórica**. TRADUÇÃO: Christine Rufino Dabat. Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott – *Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press. 1989.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero uma categoria útil de análise histórica**. Educação & realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan Wallach. *História das mulheres*. In: BURKE, Peter. **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (org). **Domínios da História**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 263-283.